

**AdP VALOR – SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.**

**CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA  
PARA O EDIFÍCIO-SEDE DA ÁGUAS DE PORTUGAL**

**2022\_030CP**

**CADERNO DE ENCARGOS**

**Abril 2022**

---

## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS.....</b>	<b>4</b>
Cláusula 1ª Objeto.....	4
Cláusula 2ª Contrato .....	4
Cláusula 3ª Prazo contratual .....	5
<b>CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES .....</b>	<b>5</b>
<b>Secção I Obrigações do cocontratante.....</b>	<b>5</b>
Cláusula 4ª Obrigações do Cocontratante .....	5
Cláusula 5ª Local da Prestação dos serviços .....	9
Cláusula 6ª Níveis de serviço.....	9
Cláusula 7ª Serviços eventuais .....	10
Cláusula 8ª Dever de sigilo .....	10
Cláusula 9ª Tratamento de Dados Pessoais .....	11
Cláusula 10ª Conservação de Dados Pessoais .....	13
Cláusula 11ª Transferência de dados pessoais .....	13
Cláusula 12ª Dever de Cooperação .....	13
<b>Secção II Obrigações da AdP VALOR .....</b>	<b>14</b>
Cláusula 13ª Preço Contratual .....	14
Cláusula 14ª Condições de Pagamento.....	15
Cláusula 15ª Faturação .....	16
<b>Secção III ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO .....</b>	<b>17</b>
Cláusula 16ª Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato .....	17
<b>CAPÍTULO III MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO....</b>	<b>17</b>
Cláusula 17ª Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante .....	17
Cláusula 18ª Sanções contratuais .....	18
Cláusula 19ª Força maior .....	19
Cláusula 20ª Resolução por parte da AdP VALOR.....	21
Cláusula 21ª Resolução por parte do Cocontratante.....	21
Cláusula 22ª Seguros.....	22
<b>CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS.....</b>	<b>22</b>

Cláusula 23ª	Deveres de Informação .....	22
Cláusula 24ª	Comunicações .....	22
Cláusula 25ª	Foro competente.....	23
Cláusula 26ª	Direito aplicável e natureza do contrato.....	23
Cláusula 27ª	Contagem dos prazos.....	23
ANEXO I	Edifício sede da Águas de Portugal .....	24
ANEXO II	Lista de Preços máximos unitários.....	25

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Cláusula 1ª**

##### **Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato de Aquisição de Serviços de Vigilância e Segurança para o edifício-sede da Águas de Portugal, a celebrar entre a **AdP VALOR – Serviços Ambientais, S.A.** (doravante **AdP VALOR**) e o respetivo **adjudicatário**.

#### **Cláusula 2ª**

##### **Contrato**

- 1.** O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo(s) concorrente(s) e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo **adjudicatário**.
- 2.** Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
- 3.** Os ajustamentos propostos pela **AdP VALOR** nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo **adjudicatário** nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

### **Cláusula 3ª**

#### **Prazo contratual**

Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além do seu termo, o presente contrato vigora pelo prazo de I (um) ano, a contar da data da respetiva assinatura, podendo ser renovado automaticamente por iguais períodos de I (um) ano, até ao máximo de 3 (três) anos, exceto se a entidade adjudicante não proceder à denúncia do contrato, mediante declaração escrita a enviar ao adjudicatário até 60 (sessenta) dias de antecedência relativamente ao termo inicial ou ao termo do período de renovação.

## **CAPÍTULO II**

### **OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

#### **SECÇÃO I**

#### **OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE**

### **Cláusula 4ª**

#### **Obrigações do Cocontratante**

- I. Sem prejuízo das obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do **Cocontratante** as seguintes:
  - a) Controlar a entrada, a presença/permanência e a saída das instalações, no que se refere a pessoas, viaturas e mercadorias, bem como controlar o acesso e/ou permanência de pessoas não autorizadas em áreas restritas ou reservadas, de acordo com os procedimentos em vigor e/ou aprovados pela **AdP VALOR**;
  - b) Proceder ao registo de todas as pessoas e viaturas que tenham acesso às instalações, conforme os procedimentos em vigor e/ou aprovados pela **AdP VALOR**;
  - c) Intervir em situações de emergência (e simulacros relacionados), incluindo aquelas em que possa ser requerida a evacuação total ou parcial dos ocupantes das instalações;
  - d) Monitorizar sistemas de controlo e segurança das instalações, designadamente de deteção de intrusão, deteção de incêndios, controlo de acessos, sistemas de CCTV, entre outros;

- e) Colaborar com o programa de conservação e manutenção das instalações de segurança, conforme os procedimentos em vigor e/ou aprovados pela **AdP VALOR**;
- f) Inspeccionar regularmente os equipamentos e sistemas de segurança (em especial, extintores, boca de incêndio armada tipo carretel, SADI e seus componentes, SADCO e seus componentes, fonte abastecedora de água para o serviço de incêndio, sistema automático de extinção fixa por água, iluminação de emergência e sinalização de segurança), assegurando os respetivos registos associados, conforme plano de prevenção em vigor na **AdP VALOR**;
- g) Vigiar as instalações de forma a prevenir a ocorrência de crimes, conflitos, distúrbios ou outros incidentes capazes de impedirem o normal funcionamento das instalações;
- h) Cumprir e fazer cumprir os regulamentos internos e outros documentos da **AdP VALOR**, nomeadamente nos seguintes domínios:
  - Vigilância;
  - Parque de estacionamento;
  - Parqueamento de viaturas não personalizadas;
  - Controlo de acessos;
  - Chaveiros;
  - Centrais de alarmes (intrusão, incêndios, etc.);
  - Prescrições de Prevenção e Segurança no Trabalho;
  - Higiene e Utilização dos Balneários.
- i) Desencadear as ações preliminares de correção de anomalias, de acordo com as instruções e procedimentos em vigor no edifício sede da AdP, nomeadamente de prevenção de furtos, incêndios, inundações, explosões, solicitando a intervenção dos meios de apoio adequados, conforme aplicável;
- j) Proceder aos cortes de energia elétrica, de água, ou outros, conforme as instruções em vigor e/ou plano de emergência;
- k) Informar, por escrito, o responsável das instalações, de quaisquer situações anómalas que ocorram durante o período de serviço;
- l) Realizar 3 (três) rondas de serviço diárias no interior das instalações, com validação de picagens/registo em cada um dos locais de supervisão definidos, nos períodos:
  - Entre as 9 horas e as 12 horas;

- Entre as 15 horas e as 17 horas;
  - Às 20 horas, com verificação do fecho das luzes, ventiladores e/ou equipamentos de ar condicionado, monitores e portas;
- m) Colaborar com o programa de gestão ambiental e de saúde e segurança da **AdP VALOR**, conforme os procedimentos em vigor, atuando proactivamente na promoção da minimização dos consumos de água, de energia e de gestão de resíduos e reportando formalmente qualquer ocorrência ou situação relevante nestes contextos;
- n) Proceder à abertura e ao encerramento das instalações;
- o) Definir normas técnicas e éticas de serviço para o seu pessoal, submetendo-as previamente à aprovação da **AdP VALOR**;
- p) Fornecer ao seu pessoal os materiais, aparelhos, instrumentos, impressos, utensílios e equipamentos indispensáveis à boa prestação dos serviços;
- q) Fornecer ao seu pessoal as formações profissionais e informações necessárias à adequada prestação do serviço;
- r) Receber correspondência e mercadorias / encomendas;
- s) Estabelecer ligações telefónicas, atender e reencaminhar chamadas;
- t) Colaborar na gestão de incidentes de cibersegurança, conforme procedimentos em vigor na **AdP VALOR**;
- u) Organizar o chaveiro;
- v) Realizar supervisões diárias no edifício-sede, no período compreendido entre as 21 horas e as 8 horas do dia seguinte e que inclui:
- rondas pelo edifício com validação de picagens/registo em cada um dos locais de supervisão definidos;
  - verificação do preenchimento do posto de vigilante;
- w) Assegurar a ligação a central de receção do **Cocontratante**, através de rede móvel e cujos custos são da sua estrita e total responsabilidade, que permita garantir as comunicações em caso necessidade de intervenção de piquete de emergência;
- x) Monitorizar alarmes e respetivos serviços associados e executar os serviços de

resposta e intervenção associados;

- y) Realizar relatórios diários na Portaria, garagem posto fixo dia, garagem posto fixo noite e posto móvel, reportando todos os aspetos relevantes dos serviços prestados e qualquer anomalia e ocorrência verificada no respetivo posto / turno, relevante no contexto do presente contrato;
- z) Disponibilizar, a pedido da **AdP VALOR**, vigilantes para a prestação de serviços eventuais, nos termos previstos no presente caderno de encargos;
- aa) Garantir que todo o pessoal afeto à prestação de serviços respeita criteriosas regras de conduta, em particular as previstas nos documentos da **AdP VALOR** e na legislação aplicável;
- bb) Possuir soluções e técnicas de gestão de alarmes que executem o registo automático das horas de receção de alarmes, bem como das horas de execução das chamadas telefónicas, com registo do número marcado;
- cc) Monitorizar os sistemas de televigilância, de alarme de deteção de intrusão ou outros, das instalações da **AdP VALOR**;
- dd) Garantir a prestação de serviços remotos de verificação e confirmação do bom funcionamento da instalação da **AdP VALOR**;
- ee) Guardar as chaves das instalações;
- ff) Garantir o cumprimento do procedimento, no caso de receção de alarme, em que o operador deve:
  - i. Efetuar chamada de retorno para as instalações onde se encontra o sistema de deteção e verificar a natureza do alarme;
  - ii. No caso de não ser obtida qualquer resposta à chamada de retorno, enviar ao local um piquete munido das chaves das instalações, para efeitos de identificação do acontecimento desencadeador do alarme;
  - iii. No caso de existirem indícios de situação de violência ou assalto, contatar as autoridades policiais;
  - iv. Garantir o envio de piquetes de intervenção, sem qualquer custo adicional para a **AdP VALOR**, exceto no caso de intervenção não justificada;



- v. Garantir, nos casos de intervenção justificada, a permanência do piquete de intervenção no local, sem custos adicionais durante a primeira hora e sempre que a situação o justifique.
- gg) Responsabilizar-se por eventuais prejuízos que possam ocorrer nas instalações e nos equipamentos da **AdP VALOR** e das restantes empresas sedeadas no edifício da Águas de Portugal, sempre que se verifique que os mesmos foram danificados por negligência do seu pessoal.

### **Cláusula 5ª**

#### **Local da Prestação dos serviços**

Os serviços objeto do contrato serão executados no Edifício-sede da Águas de Portugal, sito na Rua Visconde Seabra, n.º 3, em Lisboa, cuja caracterização figura no **ANEXO I** ao presente caderno de encargos e que dele faz parte integrante

### **Cláusula 6ª**

#### **Níveis de serviço**

O **Cocontratante** obriga-se a cumprir os seguintes níveis de serviço:

a) Serviços de vigilância e segurança humana:

i. Colocação de pessoal afeto ao serviço em conformidade com o seguinte horário:

- Entrada Principal - horário das 08:00h às 20:00h – todos os dias úteis;
- Garagem - horário das 00:00h às 24:00h – todos os dias do ano;
- Garagem / móvel rondas – horário das 09:00h às 21:00h – todos os dias úteis.

ii. Substituição de pessoal:

- I. Não substituir pessoal sem autorização prévia da **AdP VALOR**, salvo em casos de emergência;
- II. Substituir qualquer elemento do seu pessoal, a pedido da **AdP VALOR** no período máximo de 60 (sessenta) minutos após a comunicação.

b) Serviços de piquete:

- i. O tempo de chegada do piquete de intervenção nunca pode exceder 30 (trinta) minutos, após a receção do sinal de alarme na central.

## Cláusula 7ª

### Serviços eventuais

1. O **Cocontratante** encontra-se adstrito a assegurar a realização de serviços eventuais nos seguintes termos:
  - a) Disponibilizar vigilantes adicionais (1 ou 2) para a prestação de serviços extra;
  - b) Disponibilizar vigilantes para a prestação de serviços de vigilância e segurança a eventos.
2. Os pedidos realizados nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 devem ser garantidos pelo **Cocontratante**, através da presença dos vigilantes adicionais no edifício-sede da Águas de Portugal no prazo máximo de 60 (sessenta) minutos a contar da solicitação efetuada pela **AdP VALOR**.
3. Os pedidos realizados pela **AdP VALOR** relativos à disponibilização de vigilantes nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 devem ser realizados com uma antecedência mínima de 14 (catorze) dias.

## Cláusula 8ª

### Dever de sigilo

1. O **Cocontratante** obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à **AdP VALOR**, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.
2. O **Cocontratante** obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do Contrato.
3. O **Cocontratante** obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do Contrato e que a **AdP VALOR** lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos após a extinção das obrigações decorrentes do Contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## Cláusula 9ª

### Tratamento de Dados Pessoais

1. No caso de o **Cocontratante** necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da **AdP VALOR**, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O **Cocontratante** não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O **Cocontratante** deve cumprir rigorosamente as instruções da **AdP VALOR** no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O **Cocontratante** deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O **Cocontratante** deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela **AdP VALOR**, ou por quem atue em representação deste.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O **Cocontratante** deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente Caderno de Encargos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, e que conhecem e se comprometem a cumprir todas as obrigações aqui previstas, sendo o **Cocontratante** responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.

8. Mediante solicitação escrita da **AdP VALOR**, o **Cocontratante** deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O **Cocontratante** deve comunicar de imediato à **AdP VALOR** quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O **Cocontratante** encontra-se adstrito a notificar de imediato à **AdP VALOR** de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o **Cocontratante** tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, à **AdP VALOR** disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que a **AdP VALOR** possa razoavelmente solicitar.
12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao **Cocontratante**, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a **AdP VALOR**:
  - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
  - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
  - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
13. O **Cocontratante** obriga-se a ressarcir a **AdP VALOR** por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do **Cocontratante** e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do **Cocontratante** é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela **AdP VALOR**, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

#### **Cláusula 10ª**

##### **Conservação de Dados Pessoais**

1. O **Cocontratante** deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela **AdP VALOR**.
2. Dependendo da opção comunicada pela **AdP VALOR**, o **Cocontratante** deve apagar ou devolver todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

#### **Cláusula 11ª**

##### **Transferência de dados pessoais**

O **Cocontratante** não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da **AdP VALOR**, exceto se o **Cocontratante** for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a **AdP VALOR** antes de proceder a essa transferência.

#### **Cláusula 12ª**

##### **Dever de Cooperação**

O **Cocontratante** deve cooperar com a **AdP VALOR** ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo **Cocontratante** em representação da **AdP VALOR**;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a

qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

## **SECÇÃO II**

### **OBRIGAÇÕES DA AdP VALOR**

#### **Cláusula 13<sup>a</sup>**

##### **Preço Contratual**

1. O preço contratual não pode ser superior a **€ 405.924,00** (*quatrocentos e cinco mil, novecentos e vinte e quatro euros*), não incluindo o IVA legalmente devido.
2. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no presente Caderno de Encargos, a **AdP VALOR** deve pagar ao **Cocontratante** o valor correspondente aos serviços efetivamente utilizados e aos preços máximos unitários constantes da proposta adjudicada, aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor.
3. Relativamente aos serviços de vigilância extra, serviços ocasionais e serviços de piquete, a **AdP VALOR** pagará ao **Cocontratante** o valor resultante do produto do número de horas de serviço asseguradas pelos respetivos preços unitários definidos na proposta adjudicada, ao qual acresce o IVA à taxa legal aplicável.
4. Os preços unitários propostos não podem ser superiores aos preços máximos unitários definidos no **ANEXO II** do presente Caderno de Encargos e que dele faz parte integrante.
5. Os preços referidos nos n.ºs 1 e 2 incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à **AdP VALOR**, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos bem como despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais.

## **Cláusula 14ª**

### **Condições de Pagamento**

1. Os pagamentos relativos à prestação de serviços em regime normal serão numa base mensal, relativamente aos serviços efetivamente prestados no mês anterior, correspondendo cada pagamento mensal a 1/36 do preço global indicado pelo adjudicatário na sua proposta relativamente à rubrica respetiva.
2. Os pagamentos relativos à prestação de serviços de vigilância extra, vigilância ocasional para eventos e serviços de piquete só serão efetuados, caso sejam prestados, correspondendo ao produto entre os preços unitários constantes na proposta adjudicada e o número de horas efetivamente realizadas no mês anterior.
3. As quantias devidas nos termos da cláusula anterior devem ser pagas no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção das respetivas faturas por parte da **AdP VALOR**, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva nos termos do n.º 1.
4. Em caso de discordância por parte da **AdP VALOR** quanto aos valores indicados nas faturas, esta deve comunicar ao **Cocontratante**, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. A falta de pagamento dos valores contestados pela **AdP VALOR** não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, a **AdP VALOR** proceder ao pagamento da importância não contestada.
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo **Cocontratante**.
7. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao **Cocontratante** serão automaticamente suspensos por igual período.

## Cláusula 15ª

### Faturação

1. As faturas emitidas pelo **Cocontratante** à **AdP VALOR** devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deverá ser efetuada de acordo com o disposto no artigo 35.º do CIVA, devendo a fatura mencionar os números das Notas de Encomenda a que diz respeito.
3. Durante o período transitório estabelecido nos n.ºs 3 e 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 14-A/2020, de 7 de abril, as faturas são emitidas pelo **Cocontratante** em formato papel.
4. Decorrido o período transitório referido no número anterior e após confirmação pela **AdP VALOR**, as faturas eletrónicas a emitir pelo **Cocontratante** deverão ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..
5. Caso o **Cocontratante** não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
  - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab> .
  - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab1>.
  - c) Preencher o formulário de adesão: [https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP\\_CIU5](https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU5).
6. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação resultante de facto não imputável à **AdP VALOR**, às prestações mensais não acrescem quaisquer juros de mora.
7. As faturas eletrónicas deverão cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal – Manual de Boas Práticas – Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/faturacao-eletronica/?id=240> .



8. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pela **AdP VALOR** não será objeto de qualquer cobrança adicional.

### SECÇÃO III

## ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

### Cláusula 16<sup>a</sup>

#### Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelos gestores do contrato designados pela **AdP VALOR**, a identificar no contrato.
2. No exercício das suas funções, os gestores podem acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo **Cocontratante**.
3. Caso os gestores de contrato detetem quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunicam-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o **Cocontratante** de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

### CAPÍTULO III

## MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

### Cláusula 17<sup>a</sup>

#### Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o **Cocontratante** pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da **AdP VALOR**.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o **Cocontratante** deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.

3. A **AdP VALOR** deve pronunciar-se sobre a proposta do **Cocontratante** no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de cumprimento, pelo **Cocontratante**, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do Contrato, a **AdP VALOR** pode determinar que o **Cocontratante** ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela **AdP VALOR**, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo **Cocontratante** depende de autorização da **AdP VALOR**, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 18ª**

#### **Sanções contratuais**

- I. Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a **AdP VALOR** pode exigir do **Cocontratante** o pagamento de sanções pecuniárias, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, designadamente nos seguintes termos:

- a) Serviços de vigilância e segurança humana:

- i. Pelo incumprimento do estabelecido na subalínea i) da alínea a) da cláusula 6.ª é aplicada uma sanção fixa de €100,00 (*cem euros*) por ocorrência, à qual acresce uma sanção adicional, calculada da seguinte forma:

$$S = h * HH * 5$$

onde,

S= Sanção (*em euros*)

h= Número de horas ou fração em atraso

HH= Valor hora/homem contratado em Euros

- b) Substituição de pessoal:

- i. Pelo incumprimento do estabelecido no ponto I. da subalínea ii) da alínea a) da cláusula 6.ª é aplicada uma sanção fixa de €500,00 (*quinhentos euros*) por ocorrência;

- ii. Pelo incumprimento do estabelecido no ponto II. da subalínea ii) da alínea a) da cláusula 6.<sup>a</sup> é aplicada uma sanção fixa de €200,00 (*duzentos euros*) por ocorrência, à qual acresce uma sanção adicional, calculada da seguinte forma:

$$S = h * HH * 3$$

onde,

S= Sanção (em euros)

h= Número de horas ou fração em atraso

HH= Valor hora/homem contratado em Euros

- c) Serviços de piquete:

- i. Pelo incumprimento do estabelecido na subalínea i) da alínea b) da cláusula 6.<sup>a</sup> é aplicada uma sanção fixa de €500,00 (*quinhentos euros*) por ocorrência;

- d) Pelo incumprimento do estabelecido no n.º 2 da cláusula 7.<sup>a</sup> é aplicada uma sanção fixa de €100,00 (*cem euros*) por ocorrência.

2. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a **AdP VALOR** decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
3. A **AdP VALOR** pode descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao **Cocontratante**.
4. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a **AdP VALOR** exija uma indemnização pelo dano excedente.

### **Cláusula 19<sup>a</sup>**

#### **Força maior**

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao **Cocontratante**, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulta de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
- a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;

- b) Sejam alheias à sua vontade;
- c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
- d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

**3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:**

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do **Cocontratante**, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do **Cocontratante** ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo **Cocontratante** de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo **Cocontratante** de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do **Cocontratante** cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do **Cocontratante** não devidas a sabotagem.
- g) Eventos nos sistemas informáticos ou mecânicos do **Cocontratante** não devidas a sabotagem.

**4. A parte de invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.**

**5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo **Cocontratante** das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a **AdP VALOR** a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o **Cocontratante** direito a qualquer indemnização.**

### **Cláusula 20ª**

#### **Resolução por parte da AdP VALOR**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a **AdP VALOR** pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o **Cocontratante** violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao **Cocontratante**, e não implica a repetição das prestações realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela **AdP VALOR**.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do **Cocontratante** pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20 % (*vinte por cento*) do preço contratual.
4. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo **Cocontratante** ao abrigo da cláusula 18.ª relativamente aos serviços objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
5. O disposto no n.º 3 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstando a que a **AdP VALOR** exija uma indemnização pelos danos excedentes.

### **Cláusula 21ª**

#### **Resolução por parte do Cocontratante**

1. O **Cocontratante** pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo **Cocontratante**, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

## **Cláusula 22ª**

### **Seguros**

1. É da responsabilidade do **Cocontratante** a cobertura, através de contrato de seguro, dos seguintes riscos inerentes à atividade objeto do contrato a celebrar:
  - a) Acidente de trabalho;
  - b) Responsabilidade civil.
2. A **AdP VALOR** pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o **Cocontratante** prestá-la no prazo de 5 (*cinco*) dias.

## **CAPÍTULO IV**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

## **Cláusula 23ª**

### **Deveres de Informação**

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

## **Cláusula 24ª**

### **Comunicações**

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a **AdP VALOR** e o **Cocontratante** relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos a identificar no contrato.

2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

#### **Cláusula 25<sup>a</sup>**

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

#### **Cláusula 26<sup>a</sup>**

##### **Direito aplicável e natureza do contrato**

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

#### **Cláusula 27<sup>a</sup>**

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

## **ANEXO I**

### **Edifício sede da Águas de Portugal**

1. O edifício-sede da Águas de Portugal possui dez pisos, seis dos quais acima do solo, com cerca de 5.000 m<sup>2</sup> de área útil, sendo destinado a escritórios.
2. O edifício-sede da Águas de Portugal dispõe de:
  - a) Sistemas eletrónicos integrados no controlo de rondas e acessos, CCTV, contatos magnéticos de intrusão e sensores contra quebra de vidros;
  - b) Equipamentos de SCIE (Segurança Contra Incêndio em Edifícios), nomeadamente:
    - i. Extintores e carretéis;
    - ii. Rede seca de incêndio;
    - iii. SADI e componentes associados
    - iv. SDCO (central deteção de monóxido de carbono) e respetivos ventiladores/componentes;
    - v. Portas resistentes ao fogo;
    - vi. Reservatório de incêndios (60 m<sup>3</sup>);
    - vii. Central de bombagem de incêndios;
    - viii. Rede de sprinklers;
    - ix. Sistema automático de extinção fixo por gás;
    - x. Ascensores;
    - xi. Controlo de fumo;
    - xii. Iluminação de emergência e sinalização de segurança;
    - xiii. Grupos geradores, outros sistemas elétricos e sistemas de AVAC
  - c) Medidas de autoproteção, constituídas por registo de segurança, plano de prevenção e plano de emergência interno.



## ANEXO II

### Lista de Preços máximos unitários

Posto de trabalho Prestação de Serviços em Regime Normal	Horário	Período / Atributo de Preço		N.º de horas base estimada/ano	Preço máximo Unitário / hora	Preço unitário / hora	Número de Vigilantes	Total/ano
<b>Posto 1 - Entrada principal do edifício</b>	08h00/20h00	todos os dias úteis do ano	PHNd	3 000,00	8,30 €			0,00 €
<b>Posto 2 - Garagem</b>	00h00/24h00	todos os dias do ano/dia	PHNd	5 265,00	8,30 €			0,00 €
		todos os dias do ano/noite	PHNn	3 159,00	10,00 €			0,00 €
		todos os dias feriado do ano/dia	PHNdf	210,00	12,00 €			0,00 €
		todos os dias feriado do ano/noite	PHNnf	126,00	14,00 €			0,00 €
<b>Posto 3 - Garagem/Móvel rondas</b>	09h00/21h00	todos os dias úteis do ano	PHNd	3 000,00	8,30 €			0,00 €
<b>Valor Anual da Prestação de Serviços em Regime Normal</b>								<b>0,00 €</b>

Prestação de serviços de vigilância extra	Período / Atributo de Preço			N.º de horas base estimada/ano	Preço máximo Unitário / hora	Preço unitário / hora	Total/ano
Prestação de serviços de vigilância extra	dias do ano/dia		PHEd	275,00	12,00 €		0,00 €
	dias do ano/noite		PHEn	77,00	14,00 €		0,00 €
	dias feriados do ano/dia		PHEdf	5,00	19,00 €		0,00 €
	dias feriados do ano/noite		PHEnf	3,00	23,00 €		0,00 €
<b>Valor Anual da Prestação de Serviços de Vigilância Extra (solicitados se necessário)</b>							<b>0,00 €</b>

Prestação de Serviços de Vigilância ocasional para eventos	Período / Atributo de Preço			N.º de horas base estimada/ano	Preço máximo Unitário / hora	Preço unitário / hora	Total/ano
Prestação de Serviços de Vigilância ocasional para eventos	dias do ano/dia (excluindo feriados)		PHEEd	48,00	15,50 €		0,00 €
	dias do ano/noite (excluindo feriados)		PHEEn	13,00	18,50 €		0,00 €
<b>Valor Anual da Prestação de Serviços de Vigilância ocasional para eventos (solicitados se necessário)</b>							<b>- €</b>

Serviços de Piquete	Tipo / Atributo de Preço			Quantidades estimadas	Preço máximo Unitário / hora	Preço unitário / hora	Total/ano
Prestação de Serviços de Piquete	Preço de Envio de Piquete de Intervenção em caso não justificado (por chamada)		PPI	9,00	20,00 €		0,00 €
	Preço por hora de permanência do piquete de intervenção junto das instalações		PPP	19,00	12,00 €		0,00 €
<b>Valor Anual da Prestação de Serviços de Piquete (solicitados se necessário)</b>							<b>- €</b>

Resumo da Proposta		
Descrição do Serviço	Ano	3 Anos
Valor da Prestação de Serviços em Regime Normal	- €	- €
Valor da Prestação de Serviços de Vigilância Extra (solicitados se necessário)	- €	- €
Valor da Prestação de Serviços de Vigilância ocasional para eventos (solicitados se necessário)	- €	- €
Valor Anual da Prestação de Serviços de Piquete (solicitados se necessário)	- €	- €
<b>Valor Total</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>

(disponibilizado também em formato excel)